



## O Património Urbano dos Países de Língua Portuguesa. Raízes e Manifestações de um Património Comum

Manuel C. Teixeira\*

### Resumo

A língua portuguesa é hoje o elo de união de uma vasta comunidade de mais de 200 milhões de pessoas, que une países e regiões na Europa, nas Américas, em África, na Índia e no Extremo Oriente. Esta comunidade cultural, que se tem vindo a desenvolver ao longo de séculos em múltiplos processos de troca e de simbiose, tem como uma das suas expressões mais visíveis um vasto património urbano, que é uma vigorosa expressão de multiculturalidade que importa conhecer, preservar e divulgar. O estudo deste património construído, nas suas múltiplas manifestações, é condição necessária para a sua preservação e reabilitação bem como para o planeamento e o desenho da cidade contemporânea. A cartografia e a iconografia histórica é uma fonte de informação primária fundamental para entender as características morfológicas, as invariantes de forma e a permanência de processos, bem como as diferentes manifestações locais que se observa no urbanismo de origem portuguesa. Estes são objectivos de um projecto de investigação em curso que reúne investigadores de Portugal, do Brasil e de Angola, e que visa a construção de um Atlas do Património Urbano Português no Mundo, a disponibilizar na Internet. A comunicação debruça-se sobre um conjunto de núcleos urbanos de origem portuguesa construídos em diferentes períodos históricos e diferentes contextos geográficos, ilustrando esta identidade de processos e de formas. São características analisadas em detalhe nos casos de estudo seleccionados, tendo por base cartografia urbana histórica, a escolha de localização e as estratégias de adaptação ao sítio, os elementos estruturantes e as hierarquias presentes nos traçados, a relação entre a arquitectura e o plano urbano, e os processos de concepção e de construção da cidade.

*Palavras-chave:* Cartografia Urbana, Patrimônio, Planeamento, Cidade Contemporânea.

\* Prof. Catedrático da Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa - manuelleixeira@fa.utl.pt





As cidades de origem portuguesa têm características morfológicas específicas, que as identificam relativamente às cidades de outras culturas. Estas características morfológicas, desenvolvidas através de sucessivos processos de adaptação e de síntese, traduzem-se, entre outros, na escolha de localização, nas formas de adaptação ao sítio, nas lógicas de localização de edifícios singulares, no traçado das vias estruturantes, na localização das praças e o seu papel na organização do espaço urbano. Por outro lado, existem processos de conceber e de construir a cidade que são eminentemente portugueses.

Apesar das múltiplas mutações verificadas ao longo do tempo, em diferentes contextos históricos e geográficos, a cidade de origem portuguesa caracteriza-se pela permanência, até hoje, de um conjunto de invariantes, traduzidos nas suas morfologias urbanas que é possível identificar. Tais elementos de permanência não devem ser entendidos numa perspectiva meramente histórica, mas analisados e reinterpretados criticamente, e tomados como referência, quer para a reabilitação de núcleos urbanos existentes, quer para a construção de novas malhas urbanas, de forma a preservar a cultura e os laços de continuidade com o nosso passado urbano.

### **1 – A localização e a escolha do sítio**

A construção da cidade portuguesa tinha sempre em atenção uma cuidadosa escolha de localização, e do sítio. Se a escolha de localização dependia essencialmente das funções que a cidade devia exercer – funções comerciais, portuárias, administrativas, etc. – a escolha do sítio específico para a sua implantação tinha em atenção as condições topográficas e ambientais.

Desde cedo os regimentos e cartas régias enunciavam detalhadamente as condições a que devia obedecer a escolha do sítio para a construção de novos núcleos urbanos. É o que podemos ler no Regimento de D. João III, de 1548, relativo à construção da futura capital do Brasil, tarefa de que haviam sido encarregues Tomé de Souza, comandante da armada e futuro governador-geral do Brasil, e a Luís Dias, nomeado “mestre das obras da fortaleza e cidade do Salvador”. Nesse Regimento estão enunciadas as condições a que a fundação da cidade deveria obedecer:

deve ser em sitio sadio e de bons ares e que tenha abastança de auguas e porto





em que bem posão amarar os navios e vararem se quando cumprir porque todas estas calidades ou as mais delas que poderem ser compre que tenha a dita fortaleza e povoação por asy ter asentado que dela se favoreção e provejão todallas terras do Brasil e no sitio que vos melhor parecer ordanareis que se faça hua ffortaleza de gramdura e feição que a requerer olugar em que a ffi-zerdes, conformando vos com as traças e amostras que levais praticando com os oficiais que pera isso la mando e com quaesquer outras pessoas que o bem entendão e pera esta obra vão em vosa companhia allguns oficiais asy pedreiros e carpinteiros como outros que poderão servir de ffazer cal telha tijolo (SIMAS FILHO, 1979, P. 21) <sup>1</sup>(1).

Podemos encontrar nestas formulações preceitos de Vitruvius relativos à fundação de cidades, bem como de alguns artigos das Leis das Índias espanholas, se bem que estas só viessem a ser publicadas quatro décadas mais tarde.

Os núcleos urbanos de origem portuguesa mostraram, ao longo de séculos, a sua adequação ao sítio e a sua capacidade de adaptação, resultado de uma cuidadosa observação das condições locais – em termos de topografia, hidrografia, regime de ventos, temperatura e humidade – consideradas mais adequadas para a função urbana. São raros os casos em que um núcleo urbano teve de ser refundado numa nova localização devido a erros na avaliação inicial das condições do sítio.

Uma localização habitual das cidades de origem portuguesa era a sua implantação na costa, respondendo às funções comerciais e portuárias a que o núcleo urbano devia responder. Nestas situações era escolhida uma baía abrigada, de águas profundas, protegida – dos ventos, do mar e de potenciais inimigos – por acidentes geográficos situados de ambos os lados da baía: promontórios, cabos, por vezes ilhas perto da costa, como acontecia no Rio de Janeiro. Era nestes acidentes geográficos que habitualmente se construía fortes ou outros dispositivos para defesa do porto e da cidade. Estas baías, e o território que as enquadravam, estavam protegidos dos ventos e eram orientadas a sul, no hemisfério norte, ou a norte, no hemisfério sul, de forma a propiciar uma boa exposição solar. A existência de água, através de fontes ou de ribeiras que percorriam o território era essencial.

<sup>1</sup> Américo Simas, Filho, coord, *Evolução Física de Salvador*, vol.1, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Centro de Estudos da Arquitetura da Bahia, Salvador, 1979, p.21.





O núcleo urbano inicial localizava-se ou num planalto sobranceiro à baía, como em Salvador da Bahia, ou numa colina dominante neste território, como no Rio de Janeiro, ou na encosta que envolvia a baía e descia suavemente para o mar, como em Ponta Delgada ou no Funchal. Habitualmente, estes núcleos urbanos iniciais estruturavam-se em dois níveis: uma parte a uma cota mais alta, onde se localizava um núcleo defensivo, as principais funções religiosas e administrativas da cidade, e por vezes uma parte significativa do tecido habitacional, e outra parte do núcleo urbano a uma cota mais baixa, onde se localizavam as funções comerciais e portuárias e o restante tecido habitacional.

Quando o núcleo urbano crescia e extravasava a sua localização inicial, continuava a verificar-se a preocupação pelas condições ambientais, o que deixou de acontecer, em muitos casos, a partir dos séculos XIX-XX quando a lógica económica passou a comandar o processo de desenvolvimento urbano. Os próprios poderes públicos passaram a actuar dentro desta lógica, desconsiderando os factores ambientais para o correcto desenvolvimento urbano.

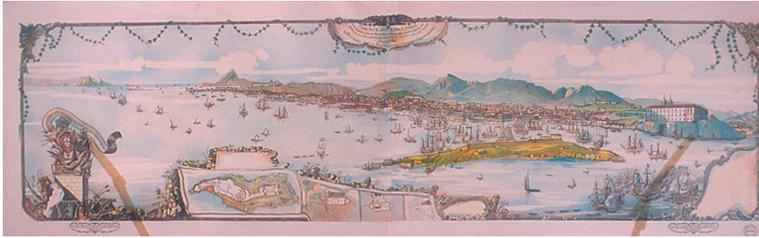


**Figura 1.1** – São Tomé, São Tomé e Príncipe. [Baía de Anna de Chaves], a.d., [1644], Arquivo Histórico Ultramarino.



**Figura 1.2** – Salvador da Bahia, Brasil. S.t SALVADOR Ville Capitale du Bresil, in Relation du voyage de Mr. de Gennes au detroit de Magellan, 1700, Biblioteca Pública e Municipal do Porto





**Figura 1.3** – Rio de Janeiro, Brasil. Prospectiva da Cidade do Rio de Janeiro. //Vista da parte do Norte, na Ilha das Cobras no baluarte mais chegado a S. Bento, da qual//parte se ve diminuir em proporção o seu prospecto, até a barra, como o risco representa. //Elevada p.r Ordem//do Ill.mo e Ex.mo Senhor Conde de Bobadella aquem a d. Cide. deve a maior p.te da sua prente Grand.ze e Mag.de, [s.a.], [1733], Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores, Palácio do Itamaraty.



**Figura 1.4** – Funchal, Ilha da madeira, Portugal. MADEIRA. FUNCHAL BAY, SURVEYED BY CAPTAIN A.T.E. Vidal R.N., A. T. E. Vidal, 1843, Sociedade de Geografia de Lisboa.

## 2 – A adaptação ao sítio

O desenvolvimento dos núcleos urbanos portugueses fazia-se estreitamente associado ao sítio, adaptando a sua organização formal e o seu traçado à topografia do terreno. Esta adaptação era feita de várias formas, conforme as circunstâncias: na definição do perímetro das muralhas, na construção da primeira rua seguindo a curvatura da baía, na construção das principais vias estruturantes sobre as linhas naturais do território, linhas de cumeeada ou linhas de vale, na definição de praças nos pontos de convergência ou de inflexão destas linhas naturais do território, na escolha dos sítios mais elevados para a implantação dos principais edifícios. No desenho dos espaços urbanos, a exposição solar e o regime de ventos eram igualmente tomados em consideração, seja na orientação destes espaços, seja no tratamento arquitectónico das suas fachadas.





Se nas primeiras fases de crescimento urbano era habitual não existir um plano definido à priori, e o território era a principal referência, noutras situações mais tardias já era habitual a existência de um plano que definia as principais linhas de crescimento urbano. Este plano obedecia a critérios que não tinham necessariamente a ver com o sítio, tendo antes como ponto de partida princípios geométricos. Nestes casos, poderia haver a tentação de não considerar relevantes as características físicas do território, mas o facto é que arquitectos e engenheiros continuaram a procurar uma adaptação dos seus traçados rigorosos à topografia e às pré-existências.

Verificamos a adopção dessa atitude de conciliação do rigor geométrico com a atenção ao sítio numa das propostas de Eugénio dos Santos para a reconstrução de Lisboa após o terramoto de 1755. Esse plano tem em consideração a topografia do sítio, procura retomar alguns dos principais elementos estruturantes da Lisboa pré terramoto, e toma as igrejas, reconstruídas nos mesmos locais e orientações, como referências fundamentais para o traçado e orientação das novas ruas.



**Figura 2.1** – Vila Nova da Praia Grande, Brasil. Projecto de Edificação//da nova Villa Real da Praia Grande// delineado pelo Bel. José Clemente Pereira, primeiro Juiz de Fora da mesma Villa//sobre a Planta do Terreno levantada pelo Major A.R.G.C//1819, Julião Pallière, [s.l.], [s.n.], 1819, Sociedade de Geografia de Lisboa.

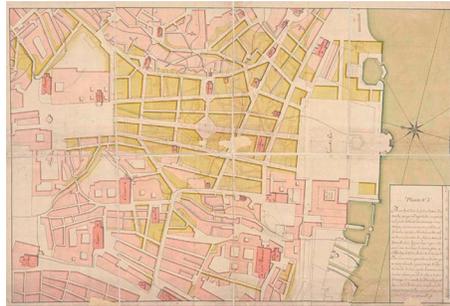


**Figura 2.2** – Arraial do Tejuco, Brasil. Pequena planta do Arraial do Tejuco, [s.a.], 1774, Centro de Referência em Cartografia Histórica.





**Figura 2.3** – Ribeira Grande, Ilha de Santiago, Cabo Verde. Planta da Cidade da Ribeira Grande da Ilha de Cabo Verde, com as suas Fortificações, e o estado delas e da sua artilharia, António Carlos Andrea, 1769, Arquivo Histórico Ultramarino.



**Figura 2.4** – Lisboa, Portugal. Planta nº 3.º, Plano da Cidade de Lisboa baixa destruída, em que vão sinalizadas com punctuação preta todas as ruas, travessas e becos antigos, e as ruas escolhidas de novo com toda a liberdade se mostraõ em branco, e os sítios dos edificios novos de amarello, e as Igrejas e lugares se conservaõ sem mudança de carmim forte, e Alfandega do tabaco, Baluarte do terreiro do Paço e sua cortina, que se devem derribar para restar formado o grande terreiro do Paço vão lavados de huma agoada de carmim, como também algumas porções de edificios do arco do açougue té á entrada do Pelourinho, que taõ bem se haõ de derribar para complemento do mesmo terreiro do Paço com semelhante agoada e a divizaõ das fregas com a cor azul, Eugénio dos Santos e Carvalho, António Carlos Andreas, [séc. XVIII], Museu da Cidade de Lisboa.

### 3 – A localização de edifícios singulares

Uma das formas de adaptação ao sítio era a escolha de locais topograficamente dominantes para a implantação das funções urbanas mais importantes, aos quais correspondiam edifícios que se destacavam, seja pela sua volumetria, seja pela sua maior elaboração arquitectónica.

Estes locais privilegiados eram habitualmente os topos das colinas, topograficamente dominantes, dando origem à paisagem tradicional dos núcleos históricos das cidades portuguesas, em que as colinas são pontuadas por castelos, fortes, conventos, igrejas ou outros edifícios singulares. Esses





locais, seja pela sua importância inicial – pontos culminantes, de chegada ou de divergência de linhas de fecho, por exemplo – seja pela natureza dos edifícios que neles se vieram a construir, tornavam-se habitualmente importantes elementos estruturantes da malha urbana. Assim, se esses locais eram privilegiados de início, pela sua proeminência, a sua importância aumentava através da implantação desses edifícios e dessas funções nesses locais. Eram os pontos em relação aos quais as malhas urbanas se organizavam, confluíam ou se articulavam, ou pontos de chegada ou de inflexão das vias estruturantes fundamentais da malha urbana.

Mas os locais privilegiados para a implantação de edifícios singulares podiam ter outra origem. Quando se tratava de cidades planeadas, esses locais eram definidos na lógica do próprio plano. Esta concepção de organização urbana, em que já não é a natureza, mas o próprio homem, através do plano, que define as principais localizações na cidade, fazia parte dos princípios de organização da cidade romana de colonização. Embora presentes nas cidades medievais planeadas dos séculos XII-XIV, tais princípios só irão ser retomados plenamente no Renascimento. No caso português, estes novos conceitos de organização urbana só se vão expressar, nalguns casos, a partir do século XVII, mas principalmente a partir do século XVIII, nas muitas fundações urbanas desse período.

Nestes casos, as condições topográficas não tinham grande influência na estruturação urbana, ou na definição do traçado da cidade. A crescente adopção de sítios planos para a construção ou a ampliação de núcleos urbanos criava condições para que a topografia não tivesse já o papel preponderante de outrora. O plano definia as suas próprias hierarquias, numa lógica geométrica. Na maior parte dos casos, estes locais privilegiados do plano eram as praças, que assumiam um papel central na malha urbana, nalguns casos como o próprio elemento gerador do traçado.

Na passagem para a contemporaneidade, as lógicas que articulavam o território com o traçado urbano foram-se perdendo. Não só a topografia deixou de ser seriamente tomada em consideração na estruturação de novas malhas urbanas, como a própria lógica do traçado e as hierarquias dos espaços urbanos foram subvertidas.







**Figura 3.4** – Vila Bela da Santíssima Trindade, Brasil. PLANO DE VILLA BELLA DA SANTISSIMA TRINDADE CAPITAL DA CAPITANIA DE MATO GROSSO Levantado em 1789. Anno xxxvii da sua fundação Por Ordem do Ill.mo, e Ex.mo Senhor LUIS DE ALBUQUERQUE DE MELLO PEREIRA e CACERES Governador e Cap.m General da mesma Capitania No Anno xviii do seu feliz Governo, a.d., 1789, Arquivo Nacional do Brasil.

#### 4 – A geometria dos planos

Nas cidades portuguesas, para além de uma cuidadosa adaptação ao sítio, encontramos também habitualmente como elemento estruturador do desenho uma malha conceptual, uma métrica ou uma geometria, por vezes uma grelha ortogonal, que se podia traduzir de diferentes formas no traçado.

Esta malha conceptual podia traduzir-se literalmente no traçado da cidade, verificando-se então uma coincidência perfeita entre uma e outra ou, mais frequentemente, podia tratar-se de um traçado virtual, posteriormente alterado na sua adaptação à realidade. Nalguns casos, como em Macapá, esta malha conceptual inicial era transformada em malhas distintas geradoras dos sistemas de praças, de ruas e de quarteirões, atingindo-se sucessivos graus de complexidade. Mais frequentemente, tratava-se de adaptar o plano idealizado à topografia ou às pré-existências construídas. Era comum a deliberada torção no traçado das ruas para seguir a topografia do terreno ou para as orientar para algum edifício notável ou algum acidente geográfico onde um edifício desta natureza se poderia vir a construir.

A cidade portuguesa resultava da simbiose destas duas componentes: uma, que partia de uma base de rigor, traduzida numa estrutura de base geométrica, outra, que respondia ao sítio. Isto mesmo recomendava Luís Serrão Pimentel, no seu tratado de 1680 *Methodo Lusitanico de Desenhar as Fortificaçoens das Praças Regulares, & Irregulares, Fortes de Campanha e outras Obras Pertencentes a Architectura Militar*, quando se referia ao modo que considerava

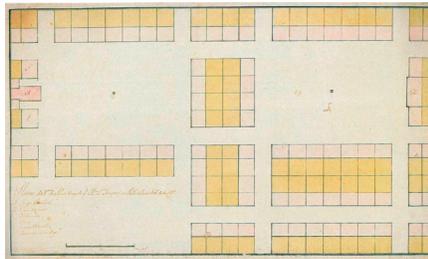




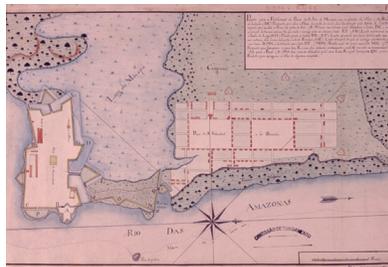
mais adequado para proceder ao planeamento e ao desenho de uma obra:

o Engenheiro deve proceder com juízo, & boa consideração, tomando as medidas, & tirado a Planta, para que no papel veja primeiro como hem um espelho a representação de toda a obra (...) antes que se risque esta no terreno; onde outra vez se deve considerar tudo com mais particular atenção, melhorandole o que não parecer bem ajustado (PIMENTEL, 1680, p. 320,329)<sup>2</sup>.

Deste modo de fazer resultava o típico traçado das cidades portuguesas em que se observa a existência de um base de rigor, que é rapidamente subvertida. Trata-se de cidades que não são rigorosamente geométricas em planta, mas que no sítio dão uma grande sensação de regularidade, são cidades cómodas de percorrer, porque inteligentemente ajustadas ao terreno, fáceis de referenciar e paisagisticamente interessantes, pelo direccionamento das ruas relativamente a locais proeminentes e edifícios singulares, que nos surgem sempre na linha de visão.



**Figura 4.1** – Silves, Brasil. Planta da Va de Silviz erigida pelo Illmo Sor Joaquim de Mello e Povoas Gov. or desta Cap.nia, Filipe Strum, [17--], Biblioteca Nacional de Portugal.



**Figura 4.2** – Macapá, Brasil. Planta Ichonografica das cazas novas erigidas e ajuntadas á Villa de Jozé de Macapá para os novos Povoadores, ou Soldados que derão baixa em o anno de 1759, a.d., [1759], Arquivo Histórico do Exército.

<sup>2</sup> Luis Serrão Pimentel, *Método Lusitanico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares, Fortes de Campanha e outras Obras Pertencentes a Architectura Militar*, Lisboa, 1680, pp. 320, 329.





**Figura 4.3** – Rio de Janeiro, Brasil. Plano da Cidade do Rio de Janeiro Ca//pital do Estado do Brazil, Francisco João Roscio, 1769, Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores, Palácio do Itamaraty.

## 5 – As hierarquias urbanas

A hierarquização dos espaços urbanos era uma condição essencial para o bom funcionamento e a beleza da cidade. Mais importantes na hierarquia da cidade eram os seus elementos estruturantes – os seus principais percursos e nós – que podiam derivar da topografia ou serem definidos pela própria lógica do plano. Estas eram as referências principais do plano urbano, em relação às quais os restantes elementos se organizavam.

Quando se tratava de núcleos urbanos que se desenvolviam tendo por referência principal a topografia, as vias estruturantes eram aquelas que se construíam sobre as linhas naturais do território. Quando se tratava de núcleos urbanos que se construíam a partir de um plano, era no contexto do próprio plano que se definiam os seus elementos estruturantes e as restantes hierarquias urbanas. Nestes casos, a hierarquia dos espaços urbanos podia ser definida a partir do próprio traçado, a partir do perfil das ruas, a partir da articulação de ruas e de praças, ou a partir da relação do plano com a arquitectura.

A associação da beleza da cidade à regularidade do traçado, e a relação estabelecida entre a boa ordem urbanística e a boa ordem social e política, levaram à adopção progressiva de traçados regulares, traduzidos muitas vezes em malhas urbanas ortogonais. A definição de ruas com um traçado rectilíneo, com fachadas e cêrceas alinhadas, a estruturação de praças regulares, a definição de modelos arquitectónicos uniformes aos quais deviam obedecer as construções de uma rua, de uma praça, ou de todo um núcleo urbano, eram igualmente estratégias de desenho que conduziam a desejada regularidade.

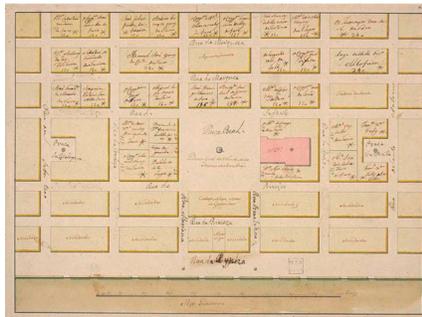




**Figura 5.1** – São Tomé, São Tomé e Príncipe. [Plano da Baía de Anna Chaves compreendendo a cidade de S. Tomé e a perspectiva e planta da Fortaleza de S. Sebastião], João Rezende Távares, [1788-1796], Arquivo Histórico Ultramarino.

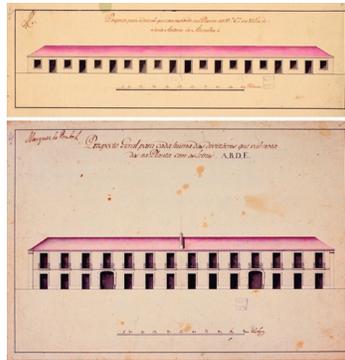


**Figura 5.2** – Porto Alegre, Brasil. PLANTA da Cidade de Porto Alegre 1833, Lívio Zambecari, 1833, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.



**Figura 5.3** – Vila Real de Santo António, Portugal. Planta Geral da Villa de Santo António de Arenilha, in *Conjunto de Desenhos*, a.d., [c.1775], Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações.





**Figura 5.4** – Vila Real de Santo António, Portugal. Prospecto para a divisão que corresponde na Planta ao nº 7º na Villa de Santo Antonio de Arenilha, in *Conjunto de Desenhos*, a.d., [c.1775], Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações. Prospecto Geral para cada huma das divizoens que vão notadas na Planta com as Letras A, B, D, E., in *Conjunto de Desenhos*, a.d., [c.1775], Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações.

## 6 – As praças

Nas cidades portuguesa tradicionais existe uma grande diversidade de espaços públicos abertos que se podem enquadrar na designação de praças, verificando-se que dentro de qualquer núcleo urbano existe uma grande multiplicidade deste tipo de espaços, destinados a diferentes funções. As praças podem ter diferentes funções na sua origem, terem diferentes localizações na malha urbana, estarem associadas a diferentes tipos de edifícios singulares, terem sido ser planeadas e construídas num curto espaço de tempo ou, pelo contrário, serem o resultado de uma estruturação lenta ao longo do tempo, as suas dimensões podem ser diversas, e a sua forma pode ser regular ou irregular. Seja qual for o caso, as praças desempenham sempre um papel importante na estruturação da cidade.

A relação das praças com a malha urbana nunca é casual. A maioria das praças desenvolve-se em situações específicas, para resolver pontos de articulação ou de quebra na estrutura da cidade. É assim que nos surgem praças na articulação de malhas urbanas correspondendo a diferentes momentos de crescimento da cidade, por vezes com morfologias distintas, praças que se desenvolvem na cruzamento ou no entroncamento de vias, praças que se desenvolvem nos pontos de inflexão de vias estruturantes. Todas estas situações são articuladas e resolvidas com sucesso através da construção de praças urbanas.





A partir de finais do século xv há um maior investimento formal nas praças, correspondendo à maior importância que estes espaços passaram a ter na estrutura funcional da cidade. Os locais mais nobres da cidade já não eram, como até então, os sítios topograficamente dominantes, mas as praças. É aí que se vão passar a localizar as funções e os edifícios mais significativos, e a desenvolver as actividades cívicas mais importantes, tornando-se a praça um palco para o exercício da vida urbana. A praça vai tornar-se cada vez mais regular, mais inserida na lógica formal do plano, e vai assumir um papel cada vez mais importante na estrutura da cidade, atingindo o seu apogeu no iluminismo setecentista. É no século xviii que se desenvolve outro tipo de praça, em que ela própria se assume como o elemento gerador da malha urbana.

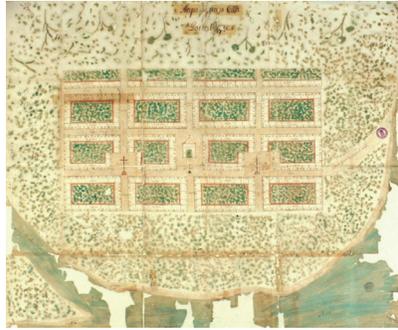


**Figura 6.1** – Belém do Pará, Brasil. PLANTA//Da Cidade de Grampara fortificado pelo methodo mais simple e menor despeza q' pode admitir a irregularidade da sua figura e desigualdade do seu Terreno, e em parte pantanoso, e em parte dos obstaculos ou difficuldade, q'//se achão no Margem do Rio, q' offerece ao Illmo. e Exmo. Sñr Joao Pereira Caldas, do conselho de Sua Majesde. Governador e Cappam General do Estado do Grampará, Maranhão, Piauhy, Rio Negro, do Sagto.//mor Gaspar João Geraldo de Gronfeldt., Gaspar João Geraldo de Gronfeldt, 1773, Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores, Palácio do Itamaraty.



**Figura 6.2** – Arraial de São Vicente, Brasil. Detalhe de: ARRAIAL DE STA ANNA Latitude Austral 14°45' ARRAIAL DE S. FRANCISCO XAVIEER DA CHAPADA Latitude 14°43' ARRAIAL DO PILAR ARRAIAL DE S. VICENTE Latitude Austral 14°30', a.d., [séc. xviii], Biblioteca Pública e Municipal do Porto.





**Figura 6.3** – Portalegre, Brasil. Mapa da nova villa de Portalegre, a.d., 1772, Arquivo Histórico Ultramarino.

## 7 – Conclusão

A cidade de origem portuguesa, para além da sua componente geométrica, era uma cidade adaptada às condições físicas dos seus locais de implantação, à topografia, à hidrografia e às condições ambientais. A cidade era hierarquizada e facilmente legível, os caminhos eram fáceis de percorrer e a sua adaptação ao sítio, às condições físicas e ao clima e a sua não-sujeição a rígidos princípios geométricos tornavam-na – no vocabulário de hoje – uma cidade eminentemente sustentável.

Esta mesma sustentabilidade fez com que a cidade de origem portuguesa fosse uma cidade maleável e adaptável às diferentes circunstâncias a que teve de responder ao longo do tempo. Estes princípios que estiveram na base da estruturação da cidade, os elementos de permanência e as invariantes que podemos encontrar no urbanismo português ao longo dos séculos devem ser entendidos como referência quer para a sua manutenção e reabilitação, quer para a construção de novos espaços urbanos. Apesar das diferentes funções, das mudanças de escala e das diferentes morfologias arquitectónicas que hoje compõem a cidade, estes princípios e estratégias de composição urbana continuam a aplicar-se à cidade de hoje.

## Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Renata Malcher de. *As Cidades da Amazónia no Século xviii. Belém, Macapá e Mazagão*. Porto: FAUP Publicações, 1998.





- AZEVEDO, Aroldo de. *Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: 1956.
- CARITA, Helder; ARAÚJO, Renata Malcher de. (Coord.). *Universo Urbanístico Português 1415-1822. Colectânea de Estudos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.
- CARITA, Helder. *Lisboa Manuelina e a Formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.
- CORREIA, José Eduardo Capa Horta. *Vila Real de Santo António. Urbanismo e Poder na Política Pombalina*. Porto: FAUP Publicações, 1997.
- FERNANDES, José Manuel. *Cidades e Casas da Macaronésia*. Porto: FAUP Publicações, 1996.
- Os Espaços do Império*. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1999. 2. v.
- PIMENTEL, Luis Serrão. *Método Lusitanico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares, Fortes de Campanha e outras Obras Pertencentes a Architectura Militar*. Lisboa: 1680, p. 320, 329.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)*. São Paulo: Liv. Pioneira e Ed. Universidade, 1968.
- ROSSA, Walter. A Cidade Portuguesa. In: PEREIRA, Paulo. (dir.). *História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995. v. III, p. 232-323.
- ROSSA, Walter; CARITA, Helder; ARAÚJO, Renata. *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- SALGUEIRO, Teresa Barata. *A Cidade em Portugal: Uma Geografia Urbana*. Porto: Edições Afrontamento, 1992.
- SANTOS, Paulo F. *Formação de Cidades no Brasil Colonial*. Coimbra: 1968.
- SILVA, António Correia e. *Espaços Urbanos de Cabo Verde*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.
- SIMAS FILHO, Américo. (Coord.) *Evolução Física de Salvador*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Centro de Estudos da Arquitetura da Bahia, 1979. vol. I, p. 21.
- TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. *O Urbanismo Português. Séculos xiii-xviii. Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.





TEIXEIRA, Manuel C. (Coord.). *A Praça na Cidade Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

TEIXEIRA, Manuel C. *A Construção da Cidade Brasileira*. (coord.) Lisboa: 2004.

TEIXEIRA, Manuel C. *A Forma da Cidade de Origem Portuguesa*. Disponível em:  
<<http://livros.ceurban.com>>. Acesso em: 2007.

